

Plano Brady

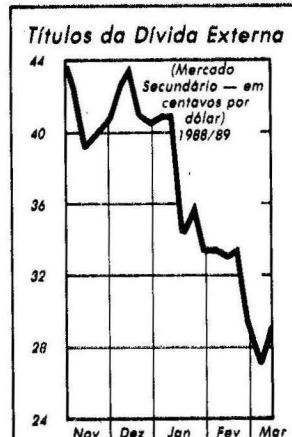
foi recebido com cautela

por Tom Camargo
de Londres

O mercado secundário de títulos da dívida soberana (de países) refletiu ontem, em Londres, a generalizada atitude de "esperar para ver" com a qual foi recepcionado pela comunidade financeira internacional o rascunho do chamado Plano Brady para redução da dívida do Terceiro Mundo, anunciado em Washington na última sexta-feira e que prevê o uso de recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial como garantia para a redução de empréstimos tomados junto a bancos comerciais.

Depois de uma semana (a passada) de violentos altos e baixos nas cotações dos principais papéis (Brasil, México, Argentina e Venezuela), explicados como ajustes técnicos necessários para a cobertura de posições, os descontos reencontraram um patamar de relativa estabilidade (dentro da continuada

tendência de queda que se acentuou desde janeiro último). Os títulos brasileiros (DFA do Banco Central) foram avaliados a 28/29 centavos por dólar, bem acima dos 26 centavos registrados no início da semana passada, mas também sensivelmente abaixo dos 32 centavos por dólar cotados na última quinta-feira, quando a volatilidade dos preços estava no seu auge devido ao iminente anúncio do Plano Brady.



Fonte: Shearson Theman, Morgan Guaranty Trust Co. e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

"A moldura é uma recomendação para o quadro, mas gostaríamos de ver a própria tela", disse a este jornal, referindo-se ao plano, um executivo graduado de um banco em consórcio.

Como disse outra fonte, ecoando pontos de vista parecidos e bastante disseminados, "a iniciativa (do governo norte-americano) poderá abrir uma frente nova e eficiente para o equacionamento da crise da dívida (...). Como atitude política é de primeira linha, mas talvez, em termos técnicos, tenha sido trazida ao público muito cedo, de uma forma muito genérica".

Outros dois banqueiros comentaram que já apareceram sinais de divergências internas, no governo norte-americano, quanto a importantes pontos do programa que já mereceu o apodo de "Plano Baker ampliado". Como se sabe, as sugestões originais para redução da dívida latino-americana, tornadas públicas pelo então secretário do Tesouro (hoje secretário de Estado) James Baker, em Seul, em 1985, jamais foram efetivamente imple-

mentadas, por falta de interesse dos bancos credores. Em Washington, o ainda tateante governo Bush emitiu sinais de fumaça, durante o fim de semana, no sentido de que o novo presidente ainda não deu seu "imprimatur" ao projeto de Brady; o presidente do Federal Reserve (Fed, banco central), Alan Greenspan, também fez notar que não apoiará nenhuma idéia que implique deixar países devedores implantar ou manter políticas sociais sustentadas por benefícios ou outros artifícios intervencionistas estatais. Além disso, Greenspan

(Continua na página 20)

Plano Brady foi recebido com cautela

por Tom Camargo
de Londres
(Continuação da 1ª página)

indicou que o Fed não abdicará de completa autonomia com relação à operação das taxas de juros norte-americanas, às quais o grosso da dívida do Terceiro Mundo está atrelado. Brady indicou a possibilidade de que juros preferenciais fossem aplicados a certas parcelas da dívida.

"É lamentável perceber que os norte-americanos estão desfazendo com uma mão enquanto procuram construir com a outra", disse o representante de um banco venezuelano que opera em Londres. "O recente aumento da 'prime rate' (em 1%, no mês passado) representou um aumento de US\$ 800 milhões na conta anual de juros da Venezuela."

Uma corrente de opinião prevalente entre alguns bancos europeus indica que os norte-americanos, ao retomarem a iniciativa na arena da dívida, poderiam estar dando ênfase exagerada à redução da própria dívida, o que poderia inibir a concessão de novos empréstimos aos países devedores.

"Todos os países em dificuldades precisam de poupanças externas para voltar a crescer de forma sustentada (...). Nosso banco não gostaria de ficar de fora do mercado brasileiro, para citar um exemplo, mas se formos induzidos a reduzir nosso portfólio atual pela metade, com descontos semelhantes aos do mercado secundário, será difícil convencer os acionistas de que o mercado brasileiro é um risco a ser mantido", comentou um funcionário graduado do Lloyds Bank.

Outro banqueiro lembrou que os caixas do FMI e do Banco Mundial terão de ser

COTAÇÃO DOS TÍTULOS DOS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO

PAÍS	3/3	13/3
Argentina	17-18	15-16
Brasil	26,5-27,5	28-29
Chile	56-57	55,5-55,6
Equador	12-14	12-14
Filipinas	37-38	33-35
Iugoslávia	43-45	42-44
México	32-33	36-37
Peru	5-7	5-7
Polônia	30-32	32-34
Venezuela	26-27	30-31

bastante reforçados para que provenham garantias suficientes para uma redução substancial do estoque da dívida. "Os japoneses, sozinhos, não poderão bancar o jogo (...)" para que algo de efetivo aconteça para se obter uma redução, nos próximos dois, três anos, de pelo menos 30% da dívida latino-americana e isso significa algo como uns 130/140 bilhões de dólares", sublinhou um economista ligado ao National Westminster Bank, acrescentando: "Nenhum país costuma aumentar seus aportes para o FMI e o Banco Mundial sem tramitação legislativa e isso pode ser demorado e tirar o ímpeto deste plano de redução da dívida."

No mercado secundário, onde o pulso da dívida soberana é mais fácil de ser tomado, as perspectivas de curto prazo são consideradas favoráveis aos países devedores, com alguns estrangulamentos de liquidez por enquanto superados, com o acerto do Brasil com os bancos, a concessão de uma linha de crédito, pelo tesouro norte-americano, para a Venezuela, e um México abertamente apoiado por Washington, as expectativas mais imediatas referem-se à volta dos leilões de conversão organizados pelo Brasil e Argentina.